

**(NECRO)POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS E LITERATURA: *ESCREVIVÊNCIAS* DE OUTRAS SUBJETIVIDADES EM DIREÇÃO A NOVOS IMAGINÁRIOS<sup>1</sup>****(NECRO)POLÍTICA, DERECHOS HUMANOS Y LITERATURA: *ESCREVIVÊNCIAS* DE OUTRAS SUBJETIVIDADES PARA NOVOS IMAGINÁRIOS****(NECRO)POLITICS, HUMAN RIGHTS AND LITERATURE: *ESCREVIVÊNCIAS* OF OTHER SUBJECTIVITIES TOWARDS NEW IMAGINARIES****HANNAH SILVA LINHARES<sup>2</sup>**

**RESUMO** Tudo é político. Mobilizado pela compreensão dessa afirmação, tem origem o presente artigo. Observando o *modus operandi* dos direitos humanos nas sociedades contemporâneas, algumas contradições podem ser reveladas, pois esses direitos estão intimamente envolvidos em dinâmicas que os permeiam – e até os ultrapassam. Essas dinâmicas incluem opressões e silenciamentos de vozes subalternas, relações de poder, processos de tomada de decisão, reconhecimento – e manutenção – da própria condição de sujeito de direitos. Estes processos demonstram o necessário entrelaçamento entre direitos humanos e política. Neste sentido, as lutas que constituem os direitos humanos devem considerar estas relações de poder, reconhecer as opressões e ouvir as vozes das pessoas marginalizadas, pois são contadoras das suas próprias histórias. Nesse cenário, defendo que o conceito de *escrevivências*, criado por Conceição Evaristo é uma ferramenta literária que se relaciona com a teoria do ponto de vista, com as denúncias necropolíticas e nos permite uma perspectiva crítica e insurgente de aproximação com a justiça social através de práticas de direitos humanos. Portanto, o caminho metodológico aqui traçado conta com a contribuição dos estudos sociológicos e da teoria crítica dos direitos humanos para superar sua perspectiva legalista e alcançar uma perspectiva interdisciplinar. Para o percurso teórico acima mencionado, esta é uma investigação baseada na arte, no sentido de que sugere que a obra de arte aqui analisada é fundamental para alcançar o conhecimento de si e dos outros. Conclui-se que a utilização de *escrevivências* como possível conceito metodológico, nos leva a uma escrita acadêmica mais crítica e inclusiva à medida que se aproxima da vida real de pessoas marginalizadas e da compreensão de suas subjetividades que estão fora do padrão. Esse deveria ser o registo dos direitos humanos, a forma como as pessoas realmente vivem.

**PALAVRAS-CHAVE:** política; necropolítica; direitos humanos; *escrevivências*.

**RESUMEN:** Todo es político. Movilizado por la comprensión de esta afirmación, nace este artículo. Al observar el *modus operandi* de los derechos humanos en las sociedades contemporáneas, se pueden revelar algunas contradicciones, ya que estos derechos están íntimamente involucrados en dinámicas que los permean –e incluso los superan–. Estas dinámicas incluyen la opresión y el silenciamiento de las voces subalternas, las relaciones de poder, los procesos de toma de decisiones, el reconocimiento –y el mantenimiento– de la propia condición de sujeto de derechos. Estos procesos demuestran el necesario entrelazamiento entre los derechos humanos y la política. En este sentido, las luchas que constituyen los derechos humanos deben considerar estas relaciones de poder,

<sup>1</sup> *Escrevivências* é um neologismo. É uma expressão, uma concepção criada por Maria da Conceição Evaristo de Brito, renomada escritora e linguista brasileira.

<sup>2</sup> Doutoranda em Direitos humanos e sociedades contemporâneas no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Mestra em Direitos humanos pela Universidade Tiradentes (UNIT). Bacharelada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT). Coimbra, Portugal. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3241-1512>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9667628176627429>. E- mail: [hannahlinhares@ces.uc.pt](mailto:hannahlinhares@ces.uc.pt).

reconocer la opresión y escuchar las voces de las personas marginadas, ya que ellas son narradoras de sus propias historias. En este escenario, sostengo que el concepto de *escrevivências*, creado por Conceição Evaristo, es una herramienta literaria que se relaciona con la teoría del punto de vista, con denuncias necropolíticas y nos permite una perspectiva crítica e insurgente de abordar la justicia social a través de prácticas de derechos humanos. Por lo tanto, el camino metodológico aquí trazado se apoya en el aporte de los estudios sociológicos y la teoría crítica de los derechos humanos para superar su perspectiva legalista y lograr una perspectiva interdisciplinaria. Para el recorrido teórico antes mencionado, se trata de una investigación basada en el arte, en el sentido de que sugiere que la obra de arte aquí analizada es fundamental para alcanzar el conocimiento de uno mismo y de los demás. Se concluye que el uso de la escritura como posible concepto metodológico nos conduce a una escritura académica más crítica e inclusiva al abordar la vida real de las personas marginadas y la comprensión de sus subjetividades que están fuera de la norma. Ése debería ser el historial de los derechos humanos, la forma en que realmente vive la gente.

**PALAVRAS- CHAVE:** política; necropolítica; derechos humanos; *escrevivências*.

---

**ABSTRACT:** Everything is political. Mobilized by the understanding of this statement, the present article originates. Observing the *modus operandi* of human rights in contemporary societies some contradictions can be revealed as those rights are intimately involved in dynamics that permeate them – and even surpass them. Those dynamics includes oppressions and silencing of subaltern voices, power relations, decision-making processes, recognition – and maintenance- of one's own condition as a subject of rights. These processes demonstrates the necessary entanglement between human rights and politics. In this sense, the struggles that constitutes human rights, must consider these power relations, acknowledge oppressions and listen to marginalized people voices, as they are tellers of their own stories. In this scenario, I argue that the concept of *escrevivências*, created by Conceição Evaristo is a literary tool that relates to standpoint theory, necropolitics denunciations and allows us a critic and an insurgent perspective of getting closer to social justice through human rights practices. Therefore, the methodological path traced here has the contribution of sociological studies and critical theory of human rights in order to surpass its legalist perspective and achieve an interdisciplinary one. For the theoretical path aforementioned, this is an arte-based research in the sense that it suggests that the work of art here analysed is critical in achieving self and other knowledge. It is concluded that the use of *escrevivências* as a possible methodological concept, leads us to a more critical and inclusive academic writing as it comes closer to real life of marginalized people, and to the comprehending of their subjectivities that are outside the standard one. That should be the register of human rights, the way people actually live.

**PALAVRAS-CHAVE:** politics; necropolitics; human rights; *escrevivências*.

---

## 1 INTRODUÇÃO

“Eu sei que não morrer, nem sempre, é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. [...] Escrever é uma maneira de sangrar” (Evaristo 2016, p. 109).

O presente ensaio é mobilizado pelo interesse de apontar – e partilhar – ligações entre política, direitos humanos e literatura, bem como mostrar a importância de estabelecer essas ligações como uma perspectiva e possibilidade crítica. Os Direitos Humanos, como campo aberto de lutas sociais históricas contextualizadas, relacionam-se com as ciências jurídicas

como uma abstração. Uma sugestão moral que abre caminho para vidas e modos de vida dignos – coletivamente. Contudo, fazer uma abordagem legalista dos direitos humanos – como única forma possível de os analisar – é analisá-los longe da vida real e das pessoas reais. É retomar os direitos humanos como um discurso que não serve à emancipação humana. Longe do processo de emancipação, o direito não serve a comunidade como instrumento de transformação, torna-se um instrumento de opressão.

Olhando por essas lentes, é preciso buscar outras alternativas; ou seja, trilhar outros caminhos quando aquele em que estamos se mostra insuficiente. A alternativa deve partir de um processo de análise crítica em que a compreensão da realidade transcenda o que existe e considere o que pode existir. A realidade torna-se um espaço de possibilidades, onde as soluções surgem como alternativas que dentro de uma práxis se concretizam (Santos, 1999).

Este constitui o objetivo principal do presente ensaio. Pensar as práticas de direitos humanos para além do que são, considerando também o que podem ser – tornar-se. A construção destas possibilidades passa pelo reconhecimento do entrelaçamento essencial entre direitos humanos e política a partir de uma perspectiva baseada na arte. O ponto de partida é a crença “de que as artes e as humanidades podem facilitar os objetivos científicos sociais” de compreensão e garantia dos direitos humanos (Leavy, 2017, p. 195).

Nesse sentido, argumenta-se que o conceito de *escrevivências*, criado por Conceição Evaristo é uma ferramenta literária que se relaciona com a teoria do ponto de vista, com as denúncias necropolíticas e nos permite uma perspectiva crítica e insurgente de aproximação com a justiça social através de práticas de direitos humanos. Portanto, o caminho metodológico aqui traçado conta com a contribuição dos estudos sociológicos e da teoria crítica dos direitos humanos para superar sua perspectiva legalista e alcançar uma perspectiva interdisciplinar.

Conceição Evaristo, ao descrever o que significa escrever com força afirma: “ Eu sei That não morrer, nem sempre, é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. [...] Escrever é uma maneira de sangrar”. Diretamente inspirado nesta citação essencial, o presente trabalho divide-se por estes três momentos. O primeiro intitulado *Escrever é uma maneira de sangrar*: relacionando teorias de pontos de vista e *escrevivências*, onde é apresentado o conceito de *escrevivências* e estabelecidas conexões e vínculos com teorias de pontos de vista e demonstrado o poder conceitual que trabalhar com esse conceito pode apresentar para a escrita científica (Evaristo, 2016, p. 109).

Em seguida, o terceiro tópico *Não morrer nem sempre é viver*: uma discussão sobre (necro)política e direitos humanos, onde são apresentadas as relações entre um dos contos de Evaristos e a política, especificamente o conceito de necropolítica a partir de uma análise brasileira.

Por fim, para a conclusão deste trabalho, fica o último momento denominado Deve haver outros caminhos , saídas mais Amém . Neste último espaço conclui-se que a utilização de escrevivências como conceito metodológico possível, nos leva a uma escrita acadêmica mais crítica e inclusiva à medida que se aproxima da vida real das pessoas marginalizadas, e da compreensão de suas subjetividades que estão fora do contexto. padrão. Esse deveria ser o registro dos direitos humanos, a forma como as pessoas realmente vivem, e foi essa a busca que iniciamos, por outras alternativas que se baseiam em outras subjetividades.

## **2 *ESCREVER É UMA MANEIRA DE SANGRAR: RELACIONANDO TEORIAS DE PONTOS DE VISTA E ESCREVIVÊNCIAS***

De uma perspectiva tradicional e comum, a própria condição humana confere a todos os seres humanos o direito de serem sujeitos de direitos humanos, uma vez que são universais (direitos). Uma abordagem crítica, no entanto, permite-nos questionar esta crença característica universal, que se baseia na ideia de mesmice. O que significa que como todos os seres humanos têm a mesma essência, todos têm os mesmos direitos. Esta ideia enfatiza – ou mesmo impõe – a mesmice em vez de considerar as diferenças como uma característica natural da raça humana; falta considerar sua singularidade.

Nesse sentido, essa linguagem (ou discurso) universal dos direitos humanos acaba sendo uma prática de exclusão porque possui um padrão básico de ser humano a ser seguido. O sujeito padrão de direitos tem algumas características limitadas – masculino, branco, hétero, cristão – que se condensam num tipo padrão de pessoa. A construção desta subjetividade específica num instrumento de exclusão. Primeiro, porque nega a autodeterminação de quem não segue o conjunto padrão de características, abrindo espaços para a dominação; segundo porque nega a igualdade, pois a mesma linha invisível que define o padrão também define o fora do padrão e, portanto, abre espaços para práticas de opressão e sofrimento (Douzinas , 2007)

Ou seja, o espaço da perspectiva tradicional e “universal” dos direitos humanos divide os sujeitos em governantes, governados e excluídos da dinâmica. Nesse sentido, Douzinas (2007) afirma que a humanidade tem sido unida pela dor, pela pena e pelo sofrimento. Portanto, aqueles que não compartilham com os governantes experiências padrão de vida aceitas, são oprimidos por eles, entrando na categoria de silenciados e, portanto, governados (dominados) ou excluídos (Douzinas 2007).

Nesta perspectiva tradicional, os direitos são um fim em si mesmo. Ao serem institucionalizados, são garantidos para todos os humanos. No entanto, aproximar-se da realidade e distanciar-se da abstracção, dos direitos, e especialmente dos direitos humanos, é um meio; resultam de lutas sociais, de mobilizações sociais, não são fixos, nem dados. Neste

cenário, é fundamental reconhecer a camada política que envolve as discussões sobre direitos humanos. O discurso da perspectiva tradicional da teoria dos direitos humanos afirma-se como universal e neutro, embora, como mencionado, esta “neutralidade” possa ser uma ferramenta para práticas de exclusão – opressão e dominação. Os discursos da realidade que fazemos baseiam-se sempre nos nossos próprios contextos, pois não vemos as coisas como elas são, mas, na verdade, as vemos como nós somos. Nesse ponto concordamos com a citação canônica de Robert Cox (1981, p. 129) que afirma que “a teoria é sempre para alguém e para algum propósito”.

Retomando a discussão sobre a necessidade de considerar as diferenças, é necessário acrescentar que tais diferenças são da ordem não apenas das características físicas ou psicológicas, mas também abrangem diferentes cenários e contextos sociais. Nesse sentido, escolhemos como caminho empírico para desenvolver o presente trabalho, abordá-lo a partir de uma perspectiva crítica, problematizando e questionando esses pontos nomeados da teoria tradicional dos direitos humanos como um discurso político não prático e distante das realidades.

Conformar-se à igualdade legal e formal é conformar-se a uma intenção de igualdade, à abstração. Quando analisamos diariamente a(s) realidade(s), nos deparamos com violações, violências e sofrimentos humanos especialmente aqueles que não estavam – e ainda estão – incluídos no padrão padrão da humanidade. Pessoas subalternas, atravessadas por uma série de características e contextos sociais – raça, gênero, classe, orientação sexual, religião e outros – permanecem segregadas. A humanidade, para além do legalismo, não é uma condição partilhada por todas as pessoas; alguns foram colocados – e deixados – numa condição subumana.

Todos estes processos de exclusão – ou inclusão – são decisões tomadas, e essas decisões têm um impacto direto na vida das pessoas. O processo de tomada de decisão é político, pois envolve relações de poder e isso importa essencialmente para os direitos humanos, e para a dignidade humana, portanto, não há nada nos direitos humanos que possa ser enquadrado como apolítico; as lutas sociais – e ideológicas – fazem parte da nossa própria forma de apreender o mundo.

Portanto, situar de onde viemos é importante para situar o nosso próprio conhecimento; é uma adição interessante tanto para a pesquisa científica quanto para a política. Esta é a percepção da teoria do ponto de vista, uma epistemologia política e social que dá espaço para que as vozes dos grupos subalternos e marginalizados sejam ouvidas, permitindo-lhes realmente desafiar o status quo a partir de dentro. Alison Wylie (2003, p. 26), ao explicar por que a teoria do ponto de vista é importante, afirma que:

Aqueles que estão sujeitos a estruturas de dominação que os marginalizam e oprimem sistematicamente podem, de facto, ser epistemologicamente privilegiados em alguns aspectos cruciais. Eles podem saber coisas diferentes ou saber algumas coisas melhor do que aqueles que são comparativamente privilegiados (social e politicamente) em virtude do que normalmente vivenciam e de como entendem a sua experiência. [...] O seu objectivo é compreender como surge a parte sistemática do conhecimento autoritativo – especificamente, o seu androcentrismo e sexismo – e explicar as contribuições construtivas feitas por aqueles que trabalham a partir de pontos de vista marginais (Wylie, 2003, p. 26).

Isso significa que considerar as opiniões daqueles que realmente sofrem, que são alvo de opressões e violações, deve ser construtivo para o processo de pesquisa e procura de alternativas. A solução de uma problemática social contemporânea como o racismo deveria passar pelas pessoas racializadas ; bem como a solução do problema das diferenciações de género deve passar pelas mulheres e por todas as outras identidades de género consideradas menos valiosas. Esta perspectiva teórica defende, portanto, que o conhecimento decorre da posição social e, por isso, as visões e apreensões de mundo daqueles que pertencem a grupos com mais poder social são mais validadas do que aquelas de grupos marginalizados (Wylie, 2003):

Além disso, oferece um quadro para compreender como, longe de comprometer a integridade epistémica, certos tipos de diversidade (cultural, racial, de género) podem enriquecer significativamente a investigação científica, uma questão de urgente preocupação prática e política, bem como filosófica (Wylie, 2003, p. 26).

Continuando nesta ideia, a localização social limita e molda o que conhecemos. As nossas diferentes experiências das problemáticas sociais do mundo levam à afirmação de que o nosso conhecimento tem um conteúdo epistémico específico – limitado. As relações de poder, então, reflectem-se no conhecimento e, nesse aspecto, as opiniões das pessoas marginalizadas são desacreditadas. Equilibrar esta valorização destas diferentes visões na ciência é, de alguma forma, reconhecer a voz daqueles grupos que foram silenciados ao longo de processos históricos de desigualdade material e de estruturas sociopolíticas que os abordaram de forma violenta. Na academia, especialmente , “é abordar a investigação a partir da perspectiva dos iniciados, em vez de impor-lhes as categorias externas das ciências sociais profissionais” (Wylie, 2003, p. 27).

Ao nos referirmos a essas 'vozes' estamos a referir-nos directamente a uma localização social ocupada por pessoas marginalizadas, portanto a perspectiva do ponto de vista não é individual, mas refere-se a um indivíduo que faz parte de alguns grupos sociais que partilham experiências de opressão. Estas opressões, tal como a teoria do ponto de vista as vê, são dadas de acordo com a posição que ocupamos. Nesse sentido, raça, género e classe social formam uma matriz de dominações que se cruzam em diferentes pontos. Luiza Bairros (1995), estudioso afro- brasileiro conclui que:

Portanto, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca da mesma classe social, mas (ela) experimenta a opressão a partir de um lugar que fornece uma visão diferente do que é ser mulher numa sociedade racista e sexista desigual (Bairros, 1995, p. 461).

O olhar das mulheres negras sobre o que é ser negro e mulher é enriquecedor, pois é diferente e único. Contudo, essas experiências permeiam o processo de dominação que se torna um obstáculo para essas vozes acessarem determinados lugares – e espaços – de poder. As experiências desses grupos marginalizados, situados socialmente de forma não humanizada – ou subumanizada – fazem com que suas produções intelectuais, conhecimentos e vozes sejam tratadas também de forma subalterna (Almeida; Bezerra, 2019).

Conceição Evaristo, linguista e escritora brasileira desafia essa lógica com sua escrita, suas histórias que “não foram feitas para acalmar os filhos da casa grande, mas para acordar a senzala”<sup>3</sup> (Evaristo, 2007, p. 21). Ela escreve uma narrativa subalterna, próxima – mas não igual – de uma experiência bibliográfica, como escreve suas próprias escritavências. Como mulher negra, sua escrevivência explicita as desventuras de quem sabe viver a condição interseccional e inferiorizada de ser negro e mulher. Surge então a fala de um corpo que não é mais apenas descrito pelos desejos alheios, mas agora é vivo, escrito, autogerido pela sua própria representação.

A autora atribui à sua infância o início do seu processo de escrita, “o acúmulo de tudo o que ouvia e via” naquela época, todo o saber ancestral, a criatividade para apoiar sua sobrevivência e os gestos de resistência de sua família – liderada principalmente por mulheres – tudo a inspirou. A oralidade sempre esteve presente, pois “ouvir e falar eram a única defesa, o único remédio” (Souza, 2018, p. 36). Em um pequeno texto, contando sobre o gesto de sua mãe de “escrever o sol” no papel terra, com um galho como lápis, um momento que marcou sua vida afirmou:

---

<sup>3</sup> Explicando esta frase, ela continua: “A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para acordá-los de seus sonos injustos. [...] Por que digo isso? Tem uma figura no imaginário brasileiro que me incomoda muito que é a imagem da mãe preta. Ela trabalha na casa grande e cria os filhos da prole colonizadora. Uma das funções que essa mulher tinha era justamente a de contar histórias para adormecer os meninos. [...] Sempre fico pensando, assim, em como a mulher escravizada estava escrita em algo grave: a questão da fala que, imagino, também fosse comandada. Ela tinha que falar. Quando afirmamos nossa escritavência, penso nela como texto que hoje não está comprometido com a casa grande. Nós escrevemos o que queremos escrever. Não é uma literatura canônica que vai me dizer que história contar e o que escolher para isso” (Evaristo, 2019, p. 21-22).

Foi a partir desse momento, talvez, que descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança de escrever. É necessário dedicar a vida à escrita ou é o contrário? Comprometer-se a escrever para a vida? (Evaristo, 2007, p. 18)

Essa maneira pessoal – e única – de escrever, em uma mistura particular entre experiências da vida real e ficção, dá força à escrita de Evaristo. Suas histórias ganham um sentido de insubordinação. Compartilhando sua apreensão do mundo – subalterna considerando seu contexto social, raça e gênero – ela se torna a contadora de sua própria história, com seu próprio ponto de vista, com sua própria voz, ela tira o poder das mãos dos outros. Nesse processo, ela vai além da busca pela representação, pois se torna uma expressão, uma imagem literária de autorrepresentação.

Conceição Evaristo embora escreva dentro de seu contexto, inspirada em sua própria história, compartilha um ponto de vista coletivo. Seu caso de enunciação é individual nesse sentido, mas ao mesmo tempo imidiadamente coletivo, considerando outros que compartilham o mesmo espaço nos mesmos grupos marginalizados. Assim, quando ela ousa escrever suas escrevivências ela está abrindo um espaço negado para todas as mulheres negras marginalizadas e subalternas. Nesse sentido, sua escrita é política. É o verdadeiro registro dos direitos humanos como luta, como campo aberto que permite mudanças, correções, transformações. Isso demonstra que, como ela disse, sua vida está intimamente comprometida com a escrita – pois lhe permite uma voz insubordinada – e sua escrita está comprometida com a vida – como escrevivência.

As escrevivências de Evaristo como um retrato da vida real trazem discussões sobre problemas sociais reais de forma crua. Em seus escritos, como leitora, você enfrenta cenários de morte, violência, injustiça social e desigualdades cruéis e injustificáveis, como ela diz escrever é uma forma de sangrar. Para a escrita acadêmica é a mesma coisa, uma vez que você se compromete a discutir e buscar alternativas para os problemas da realidade contemporânea, a escrita também pode se tornar uma forma de sangrar, uma senha para usarmos para acessar o mundo.

### **3 NÃO MORRER NEM SEMPRE É VIVER: UMA DISCUSSÃO SOBRE (NECRO)POLÍTICA E HUMANO**

“Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, [...] Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim [...] a senha pela qual eu acesso o mundo.” (Evaristo, 2005, p. 2)



Pensar os direitos humanos através da obra – literatura – de Evaristo significa “repensar” os direitos humanos. Através do seu trabalho é possível descondicar nossas lentes de análise de direitos e, literalmente, enxergar outras realidades. Uma leitura atenta da sua obra permite-nos transcender uma análise superficial dos direitos humanos e da política. Ela provoca uma mudança na forma como olhamos e apreendemos diferentes realidades, uma reconstrução de significados e lugares de sentidos.

A partir deste ponto pretendemos propor uma capacidade crítica e criativa marcada pela literatura e aplicada aos direitos humanos, confrontando horizontes, possibilidades e caminhando para a transformação das realidades. Nesse sentido, argumentamos que Conceição A obra de Evaristos tem papel fundamental na humanização dos direitos humanos.

O livro *Olhos d'água*, de sua autoria, é um livro de contos, – pouco só no número de páginas. Sua prosa poética, crua por trazer elementos de oralidade, expressões cotidianas em sua escrita, tudo de forma consciente, fazendo o que ela chama de “trabalho artesanal”, seu jeito de escrever contaminado pela vida – *escrivências*, justamente a razão pela qual o trabalho da autora é uma importante contribuição para a presente pesquisa que quer, justamente, contaminar os direitos humanos pela vida, por outra(s) realidade(s) e subjetividades.

Dentre as *escrivências*, destacamos um conto do referido livro: *Concordamos em não morrer*. Construídas em cenas, todas com uma intimidade cotidiana, e trazendo a trajetória de um grupo de pessoas, moradores de uma favela, escancaram a vulnerabilidade social da população negra que, marginalizada, convive diariamente com a iminência da morte. Todas as cenas têm a morte, de alguma forma, presente, várias delas são interpeladas pelo barulho dos tiros na favela. E assim, Conceição Evaristo nos leva ao lugar de problematizar os modos racistas de ser e agir, que ocorrem na sociedade brasileira desde a colonização. Quando eles (os personagens) concordam em não morrer, recusam-se a fazer parte das cruéis estatísticas de genocídio da população negra, processo em curso no Brasil.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas. “Embora o número de homicídios femininos tenha apresentado uma redução de 8,4% entre 2017 e 2018, se olharmos o cenário da última década, veremos que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras”, afirma o relatório da pesquisa que demonstra o agravamento da desigualdade racial no Brasil. Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Podemos analisar esses números no gráfico abaixo:

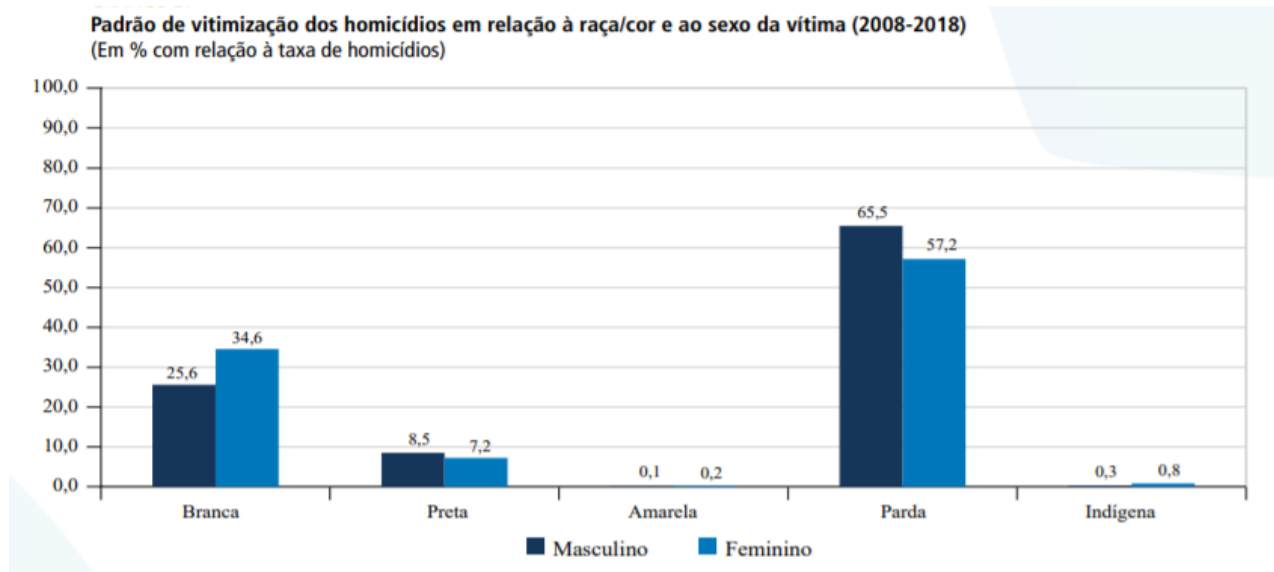


Gráfico padrão de vitimização por homicídio em relação à raça/cor (IPEA, 2020). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200826\\_ri\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf).

O gráfico mostra o padrão de vitimização por raça/ cor e indica uma superioridade de homicídios entre homens e mulheres negras (pretos e pardos) em relação a homens e mulheres não negros. A diferença é grande e ilustra um cenário da política de morte da população negra. Para os homens negros o percentual chega a 74,0% e 64,4% para as mulheres negras. Ao comparar com os mesmos indicadores da edição anterior do Atlas 2019, é possível observar que a vitimização negra aumentou ainda mais, uma vez que essas taxas para homens e mulheres, respectivamente, foram de 73,15% e 63,4%. A raça, como construção social, retifica posições de dominação em que a branquitude era concebida como regra e outros grupos étnicos são, portanto, colocados na anormalidade para serem dominados. O processo de colonização estabeleceu os valores da branquitude como superiores, e estes tornaram-se universais em termos políticos, económicos, culturais e religiosos, trazendo perdas irreparáveis aos grupos étnicos minoritários. O direito, e especialmente os direitos humanos, também foram concebidos sob a mesma forma de pensar e conceber o mundo que, desde então, se pretende – pretensiosamente – universal (Oliveira, 2020).

A importância da obra literária que apresentamos está exatamente aqui, na evidência crua e íntima que traz da leitura de uma realidade que se perpetua em condições desumanas. A política da morte, resultante de um processo de desumanização, - também herdado da colonização - reificação dos corpos negros - que foram reduzidos a trabalho e mercadoria - demonstra o projecto que é o racismo e leva-nos a identificá-lo "como uma engenharia cultural fundamentalmente política". que não dispensa o poder de gerar e estabelecer diferenças, preconceitos e discriminações" (Oliveira, 2020, p. 3).

Observemos que o conto apresenta, através de uma linguagem particular, exatamente a realidade transmitida pela interpretação dos dados e gráficos apresentados. Portanto, permanece explícita a presença de um conteúdo social relevante na obra. O cotidiano de todos os personagens da narrativa refletem situações comuns em muitas favelas brasileiras, questões que dizem respeito às relações sociais provocadas pelo tráfico de drogas, à evidente fragilidade das garantias de sobrevivência da população negra e marginalizada, à exposição à eliminação sumária, à descartabilidade, à necropolítica como forma de gestão da vida dos sujeitos (Campelo, 2018).

Porém, ao ler Conceição No conto de Evaristo, além da interpretação dos dados, é possível acessar uma experiência que nos toca, que torna essa realidade palpável através da imaginação e da sensibilidade. Mobiliza-nos quando, e em vez de apenas números, temos acesso aos sentimentos e às relações entre as pessoas – personagens. É um processo de reconhecimento humanizado e pessoal.

Portanto, a experiência de leitura da obra de Evaristos nos coloca diante de uma narrativa relacionável e este é um dos principais aspectos que compõem a justificativa da escolha de construir uma análise sócio-jurídica a partir de sua obra. Ela retrata a complexidade das experiências vividas por mulheres negras em um contexto específico, através de diversos detalhes e nuances. Seu trabalho é um exemplo confiável do aspecto diferencial do trabalho baseado em gêneros literários de ficção, sendo a capacidade de cultivar a autorreflexão e romper narrativas dominantes por meio da criação, imaginação, sensibilidade (Leavy, 2017).

Num trecho da história, trazendo as elaborações de Bica, uma das personagens centrais, sem saber do paradeiro do marido e pai de seu filho, diz (ou pensa):

- Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. Vivo mexendo nas novelas da minha mãe. No entanto, sei que separa violentamente os dois mundos. Ela sabe que a verdade da telinha é ficção. Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro. Estou com fome, outra fome. Meu leite jorra para a alimentação do meu filho e dos filhos dos outros. Quero contagiar outras bocas com esperança. [...] Entre Dorvi e seus companheiros houve um pacto de não morrer. Sei que não morrer, nem sempre, é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua a explodir balas. Neste ponto, os corpos caídos no chão devem estar sangrando. Escrevo e lembro de um versículo que li um dia. “Escrever é uma forma de sangrar”. Acrescento: e com muito sangramento, muito e muito... (Evaristo, 2016, p. 109).

A passagem começa com uma afirmação que nos dá um tom de indignação. Todos os personagens do conto parecem vizinhos da morte, nos cenários a impressão que se dá é que por você ser quem é, a morte está ali mesmo, na esquina, na bala ‘perdida’ que te encontra. As práticas e políticas genocidas visam as populações negras de formas revoltantemente deliberadas. Abdias de Nascimento (1978) destaca que as práticas genocidas contra a população negra no Brasil são praticadas pelas próprias instituições - daí se falar em racismo

institucional - com a finalidade do extermínio físico dos corpos negros, bem como, por meio do convencimento da própria população negra que sua condição humana só é reconhecida quando a branquitude é adotada por eles como modelo existencial. Significa uma violência simbólica, “perseguições e negações da legitimidade das línguas, religiões e aspectos culturais africanos”, ou seja, manifestações e afirmações culturais (Oliveira, 2020, p. 5).

O autor de *Concordamos em não morrer* nos coloca diretamente diante dessa realidade. É possível observar, no trecho acima, o tom de familiaridade com a morte, a forma simples e direta com que Bica se refere aos corpos que devem estar sangrando no chão enquanto ela escreve - e sangra à sua maneira, ao escrever - as linhas de ferro com que sua mãe, que perdeu um filho pequeno assassinado, costurou durante toda a vida, trazem a dureza desta realidade. Coloca-nos em confronto direto com ele, de forma quase tangível. No final, o filho pequeno da Bica – porque ainda amamenta –, que dorme, é embalado ao som dos tiros.

Esta política de morte é o que Achille Mbembe (2016) define como necropolítica, uma espécie de extensão ou atualização do conceito de biopolítica de Foucault. Significa um processo de tomada de decisão que decide quem pode viver e quem não pode. Mbembe articula este argumento com base na formação do próprio Estado ainda no processo de colonização. A colônia era um espaço onde não se aplicavam regras, um espaço onde reinavam a violência e a dominação contra a população colonizada. Este processo colonial estruturou o Estado e a sociedade contemporânea, pois as suas marcas ainda podem ser vistas. A necropolítica é a ferida colonial isso ainda dói.

#### **4 DEVE HAVER OUTROS CAMINHOS, SAÍDAS MAIS AMENAS**

“É como a escrita e o viver se con (fundem), sigo eu nessa escrevivência a lembrar de algo que escrevi recentemente : 'O olho do sol batia sobre as roupas fechadas no varal e mamãe sorria feliz. Gotículas de água aspergindo a minha vida-menina balançavam ao vento. Pequenas lágrimas dos lençóis. Pedrinhas azuis, pedaços de anil, fiapos de nuvens solitárias caídas do céu. Eram encontradas ao redor das bacias e tinas das lavagens de roupa. Tudo me causou uma comoção maior. A poesia me visitou e eu nem sabia”  
(Conceição Evaristo)<sup>4</sup>

Evaristo, munido de sua escrita, denuncia uma política racista e genocida, empreendida para exterminar a população negra – física e simbolicamente. A potência de sua obra, então, é inegavelmente grande no sentido de conscientizar e carregar um alerta que deveria reverberar

<sup>4</sup> Depoimento durante o *I Colóquio de Escritoras Mineiras*, em maio de 2009, na Faculdade de Letras da UFMG.

em nós, leitores, tão alto e profundo quanto a sinfonia de balas “perdidas” que embalam a criança que, em nossa sociedade, já nasce racializados, marginalizados, negligenciados e com um objetivo próprio, variando de acordo com os tons escuros de sua pele. “Concordaram em matar-nos, mas nós concordamos em não morrer”, e continuam a resistir, recusando-se a sangrar por um sistema que não reconhece a sua humanidade e, por isso, a viola diariamente.

Nesse sentido, a identidade reivindicada como negro marginalizado se constitui como sujeito transgressor, histórico e político. A experiência de leitura do livro de Evaristo escrevivências é pedagógico. Isso leva-nos a questionar e criticar a eficácia da política de direitos humanos na questão de não dar – porque já o fazem – mas de reconhecer e considerar as vozes das pessoas marginalizadas. Escrever, como método, é uma ruptura do silenciamento, constituindo uma ferramenta que contribui para a escrita acadêmica como exemplo de sua relação com o argumento da teoria de pontos de vista sobre a necessidade histórica de reconhecer o conhecimento situado e o posicionamento social. Subalterno vozes ensina nós sobre político e resistência cultural.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. do S. P.; Bezerra, S.M. Escrevivência : escrita, identidade e o eu feminino negro em Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo. *Revista Científica da FASETE*, 2019.
- BAIROS, L. Nossas mulheres revisitadas. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- CAMPELO, João Marcus Soares. As vidas suscetíveis em contos de *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo. 117f. Dissertação (Mestrado em letras) – Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2018.
- COX, R. W. Forças sociais, estados e ordens mundiais: além da teoria das relações internacionais. *Milênio*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. Doi: <https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>.
- DOUZINAS, C. The many faces of Humanitarianism. *Parrhesia*, n. 2, 2007, p. 1-28, 2007.
- EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza M. de Barros; SCHNEIDER, Liane. *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Idéia; Editora UFPB, 2005. p. 201-212.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de Minha Mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antonio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p.16-21.

EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

Evaristo, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

IPEA. Atlas da violência, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LEAVY, P. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. New York: The Guilford Press, 2017.

MBEMBE, A. Biopoder: soberania estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAMPBELL, Tom. *Rights: A critical introduction*. Londres: Routledge, 2006.

WYLIE, Alison. *Why standpoint matters*. In: S. Harding (Ed.) *The Feminist Standpoint Theory Reader: intellectual and political controversies*. New York: Routledge, 2004. p. 339-35.

OLIVEIRA, Victor H. A gente combinamos de não morrer: necropolítica e produção artística. *Conceição/Conception*, v. 9, e020021, 2020. Doi: <https://doi.org/10.20396/conce.v9i00.8661943>.

PIETERSE, Marius. Eating socioeconomic rights: the usefulness of rights talk in alleviating social hardship revisited. *Human Rights Quarterly*, v. 29, n. 3, p.796-822, 2007.

SOUZA, L. M. N. Uma reflexão sobre os discursos menores ou a escritavência como narrativa subalterna. *Revista Crioula*, n. 21, p. 25-43, 2018. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2018.146551>.

**Idioma original: Português**  
**Recebido: 30/06/22**  
**Aceito: 27/02/23**